



AASP

Associação dos Advogados

São Paulo - desde 1943

Teoria Geral do Petitionamento Eletrônico na Justiça do Trabalho

Robson Ferreira

rferreira@ferreiraadvogados.com.br

www.facebook.com/oficina.advogado.digital

Celular (11) 98160-0727

#ÉDELEI

Eu apoio essa campanha.
Eu valorizo o **ADVOGADO**.

Compartilhe com
#ÉdeLei

www.aasp.org.br/edelei

| | | | |
|-------------------------------------------------------------------------|-----------|----------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1 - Apresentação Pessoal | 3 | 6 - A Lei 11.419/06, do NCPC e Resoluções | 55 |
| 2 - Breves comentários acerca dos impactos das TICs na Advocacia | 7 | - Evolução histórica da legislação | 56 |
| 2 - Introdução a Certificação Digital | 15 | - Esquematização da Lei nº 11.419/2006 | 60 |
| - Assinatura Digital | 20 | - Pontos controvertidos da Lei nº 11.419/06 | 61 |
| - Requisitos jurídicos e técnicos | 21 | - Regulamentações (provimentos, instruções e resoluções) | 64 |
| - MP 2.200-2/2001 - Art. 10, §1º - docs assinados digitalmente | 23 | - Intimação na Lei nº 11.419/06 | 65 |
| - Autoridade de Registro - AASP | 26 | - Criação do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) | 67 |
| - Autoridade de Registro - OAB/SP | 28 | - Criação do Diário Eletrônico da Justiça Nacional (DJEN) | 70 |
| - Instalação para uso de Certificados Digitais | 30 | - Indisponibilidade do Sistema na Lei nº 11.419/06 | 71 |
| - Instalação certificados digitais AASP | 32 | - Indisponibilidade do Sistema na Resolução CSJT nº 136 | 72 |
| - Instalação certificados digitais OAB | 35 | - Pedido de sigilo na contestação na Resolução nº136 (CSJT) | 74 |
| 5 - Preparação dos documentos digitais para petição | 36 | 5 - Práticas processuais eletrônicas no Judiciário Brasileiro | 75 |
| - Gestão Eletrônica de Documentos | 37 | - Estrutura simplificada | 77 |
| - Diferença entre documento digital e digitalizado | 40 | - Funcionalidades mais importantes | 78 |
| - Geração da petição/documentos em PDF e PDF-A | 42 | - Entrando no Pje-JT com o Navegador da AASP | 80 |
| - Manipulação de arquivos em PDF com o PDFSam | 47 | - Entrando no Pje-JT com o Navegador do CNJ | 81 |
| - Redução resolução de fotos com o MS Office Picture Mngr | 48 | - Entrando no Pje-JT com o Navegador Firefox | 85 |
| - Configuração do scanner ou multifuncional para digitalização | 50 | - Comunidade no Facebook - Oficina.Advogado.Digital | 90 |
| - Fluxo operacional para montagem dos autos digitais | 54 | | |

Acumula 30 anos de experiência profissional em empresas de grande porte. Trabalhou na **Price Waterhouse, Bancos Bozano Simonsen, Unibanco, Credibanco** (Banco de Nova York), **Telesp Celular/Vivo** e **Medial Saúde**, ocupando cargos Diretivos.

Formação Acadêmica:

- Doutor em Direito Empresarial (FADISP)
- LL.M Direito Societário (INSPER)
- Mestre em Direitos Fundamentais (UNIFIEO)
- Pós-graduado em Direito Processual Penal (FMU)
- Graduado em Direito (UNIFIEO)
- Curso MBA Executivo (UFRJ/COPPEAD)
- Pós-graduado em Mercado de Capitais (EPGE/FGV)
- Pós-graduado em Sistemas de Informações (UERJ)
- Pós-graduado em Tecnologias para Internet (IBPI/UFRJ/COPPE)
- Graduado e Licenciado em Matemática



Professor Universitário, lecionando disciplinas de Tecnologia da Informação, Gestão do Conhecimento e Direito na graduação de Administração da **FAAP** - Fundação Armando Álvares Penteado.

Professor do Programa **MBA Executivo da FAAP**, lecionando Gestão da Inovação.

Consultor de empresas em Tecnologia da Informação, Inovação e Gestão de Projetos Estratégicos.

Advogado especializado em direito empresarial e direito digital.

1. Breves comentários acerca dos impactos das TICs na Advocacia
2. Introdução a Certificação Digital
3. Preparação dos documentos para o Processo Judicial Eletrônico
4. Destaques da Lei 11.419/06, do NCPC e Resoluções
5. Práticas processuais eletrônicas no Judiciário

O Enigma da Esfinge



Nos arredores de Tebas
“Decifra-me ou devoro-te”

(Sófocles em Édipo-Rei)

O Enigma da Esfinge

Nos dias atuais ...
“Decifra-me ou devoro-te”





- 1. Breves comentários acerca dos impactos das TICs na Advocacia**
2. Introdução a Certificação Digital
3. Preparação dos documentos para o Processo Judicial Eletrônico
4. Destaques da Lei 11.419/06, do NCPC e Resoluções
5. Práticas processuais eletrônicas no Judiciário

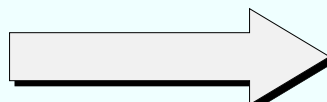
Desmaterialização dos conteúdos

As três ondas de Alvin Toffler

1ª onda



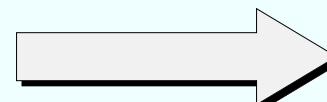
Agricultura ⇒ Terras



2ª onda



Fábricas ⇒ Meios de Produção



3ª onda

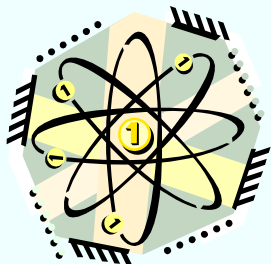


TI's ⇒ Conhecimento

(1970) Choque do Futuro; (1980) A Terceira Onda e (1990) Mudança de Paradigma

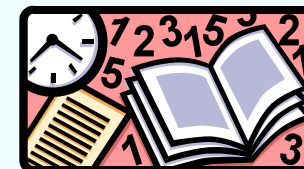


“Desmaterialização” dos conteúdos e processos



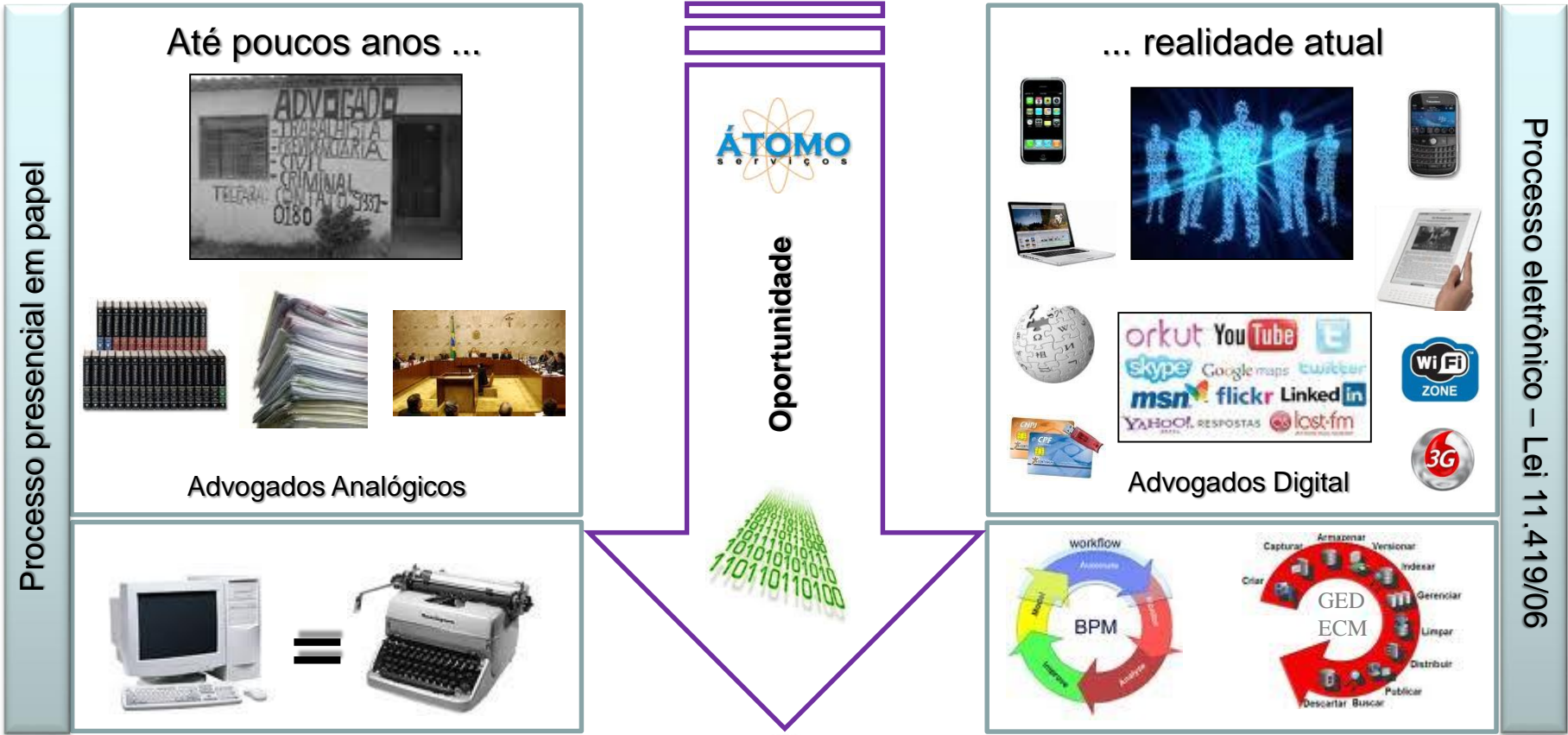
Átomos ⇒ coisas

“do átomo para os bits”
(Nicholas Negroponte – MIT)



Bits ⇒ Informações ⇒ Conhecimento

(1995) A Vida Digital



Processo presencial em papel

Processo eletrônico – Lei 11.419/06

Até poucos anos ...

... realidade atual



Advogados Analógicos



Advogados Digital



Consultoria



Suporte



Atualização



AVAL – Outorga uxoria – Desnecessidade

SENTENÇA DACTYLOGRAPHADA – Permissão na vigencia do Codigo do Processo civil.
N. 16.808 – Capital – Aggravantes: Manuel Corazza e d. Maria Justina Corazza – Aggravado:
Antonio Russo – (1º officio).

... ..

SUSTENTAÇÃO DO DESPACHO AGGRAVADO

... ..

E ambos entendem nulla a sentença, por se encontrar dactylographada essa peça.


S. Paulo, 29 de julho de 1930.
LAUDO FERREIRA DE CAMARGO

SENTENÇA – Dactylographia – Pretendida nullidade em vista do Codigo do Processo Civil.
N. 16.886 – Capital – Aggravantes: Antonio de Almeida Mathias e outros – Aggravado: O
espolio de Felizarda Maria Alvares – (2º Officio).


ACCORDAM

... .. Assim decidem: 1) quanto ás preliminares, porque, embora, o codigo do processo do Estado, no art. 333, prescreva que a sentença será escripta, datada e assinada pelo juiz, não se deve entender que deva ser escripta pelo seu proprio punho. Ora, uma sentença passada a machina pelo proprio prolator não se póde considerar como não escripta por elle.

São Paulo, 5 de julho de 1930.
RENATO DE TOLEDO E SILVA




Desmaterialização
dos Conteúdos




Mobilidade




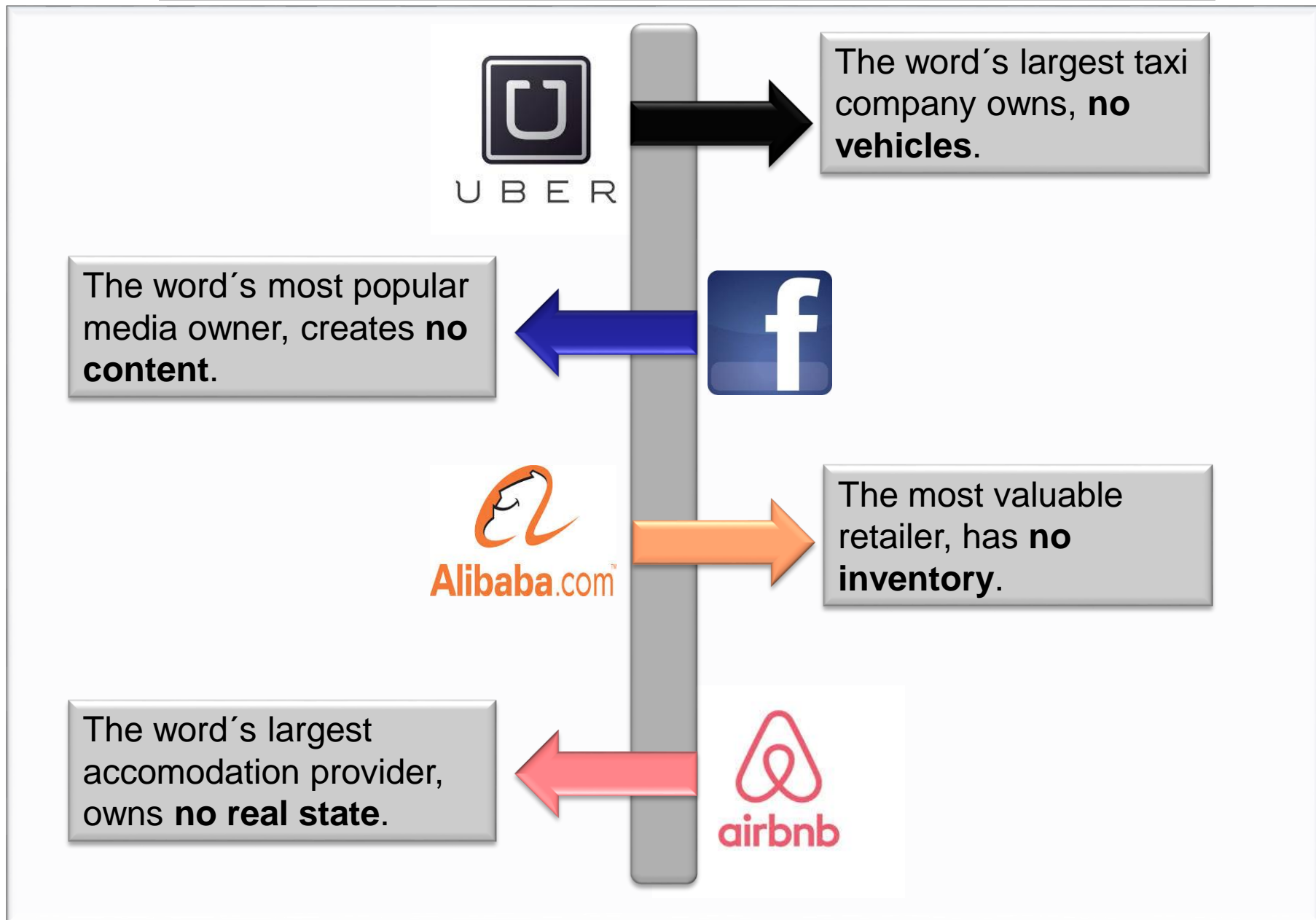
Mídias Sociais
Colaborativas



Portais de Conhecimento e
Colaboração







ASSEMBLEIAS DA BM&FBOVESPA. PARTICIPE.

A BM&FBOVESPA CONVOCA SEUS ACIONISTAS A PARTICIPAR DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, QUE SERÃO REALIZADAS EM 20/4/2010, ÀS 11H, NA RUA XV DE NOVEMBRO, 275, TÉRREO.

Com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas, e reforçando o compromisso de adoção das melhores práticas de governança corporativa e de transparência, a BM&FBOVESPA oferecerá aos acionistas que não puderem comparecer o acesso à plataforma Assembleia Online® para votação eletrônica, até o dia 18/4/2010.

Para acessá-la, o acionista precisa se cadastrar no endereço www.assembleiasonline.com.br e obter um Certificado Digital válido. A Bolsa ressalta que a emissão do Certificado Digital Assembleia Online® é totalmente gratuita para seus acionistas.

A BM&FBOVESPA recomenda a leitura do Manual para Participação nas Assembleias da BM&FBOVESPA de 20/4/2010, disponível em www.bmfbovespa.com.br/ri, para esclarecimentos necessários e conhecimento das matérias a serem deliberadas.

BM&FBOVESPA

A Nova Bolsa



Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, regula voto a distância, no seu art. 6º incluiu o parágrafo único no art. 121 da Lei das S.A.



Participação e Votação a Distância em Assembleia Geral de Acionistas

Artigo 121, parágrafo único da Lei das Sociedades Anônimas

Desafios à Regulamentação

08 de dezembro de 2011

Objetivo

Promover discussão sobre desafios e principais aspectos jurídicos pertinentes à participação e à votação a distância em assembleia geral de acionistas, matéria objeto de regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Programa

8h45 - 9h30: Credenciamento e café de boas-vindas
9h30 - 9h40: Abertura
9h40 - 12h00: Considerações iniciais e debates
12h00 - 12h30: Sessão de perguntas

Expositores/Debatedores

Marcos Pinto, sócio da Gávea Investimentos
Nelson Eizirik, sócio de Carvalho e Eizirik Advogados
Paulo Aragão, sócio de Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados

Moderador

Edison Garcia, presidente executivo da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (AMEC)

Publico-alvo

Profissionais de companhias listadas, assessores legais, gestores e administradores de recursos, fundos de pensão; e investidores em geral.

Data e horário

Dia 8 de dezembro de 2011, das 8h45 às 12h30

Local

Auditório do Edifício da BM&FBOVESPA
Rua XV de Novembro, 275 - 1º andar
Centro - São Paulo - SP

Valor da inscrição: R\$80,00

Em caso de cancelamento da inscrição, não haverá devolução dos valores pagos.

Período de inscrições

De 24 de novembro a 6 de dezembro de 2011, pelo e-mail novomercado@bvmf.com.br ou pelos telefones (11) 2565-7003/7004/6616.

BM&FBOVESPA

A Nova Bolsa



Ir para o conteúdo 1 Ir para o menu 2 Ir para a busca 3

ACESSIBILIDADE ALTO-CONTRASTE MAPA DO SITE



Comissão de Valores Mobiliários

Buscar Todos
Busca Avançada

Acesso Rápido Atendimento Perguntas Frequentes Imprensa

VOCÊ ESTÁ AQUI: CVM > AUDIÊNCIAS PÚBLICAS > AUDIÊNCIA PÚBLICA SDM 06/2016 

- Central de Sistemas
- Decisões do Colegiado
- Sobre a CVM

Audiência Pública SDM 06/2016

Edital

 Edital de Audiência Pública SDM 06/2016

Tema

Dispõe sobre a oferta pública de distribuição de valores mobiliários de emissão de empreendedores de pequeno porte realizada com dispensa de registro na CVM e por meio de plataformas eletrônicas de investimento participativo.

Prazo para Manifestação

06/11/2016

Fase

Aberta para manifestações



2016_08_10_CVM
Audiência
Pública SDM
06-2016.pdf 

LEGISLAÇÃO

ATUAÇÃO SANCIONADORA

INVESTIDOR E CIDADÃO

INFORMAÇÕES DE REGULADOS

http://www.cvm.gov.br/audiencias_publicas/ap_sdm/2016/sdm0616.html



1. Breves comentários acerca dos impactos das TICs na Advocacia
- 2. Introdução a Certificação Digital**
3. Preparação dos documentos para o Processo Judicial Eletrônico
4. Destaques da Lei 11.419/06, do NCPC e Resoluções
5. Práticas processuais eletrônicas no Judiciário

Opção 1

Certificado digital



e-CPF A3



Mídia (hardware)



Smart card e leitora



KIT Adicional



CARIMBO DE TEMPO



SOFTWARE ASSINADOR



SUORTE TÉCNICO

Opção 2

Certificado digital



e-CPF A3



Mídia (hardware)



token



KIT Adicional



CARIMBO DE TEMPO



SOFTWARE ASSINADOR



SUORTE TÉCNICO

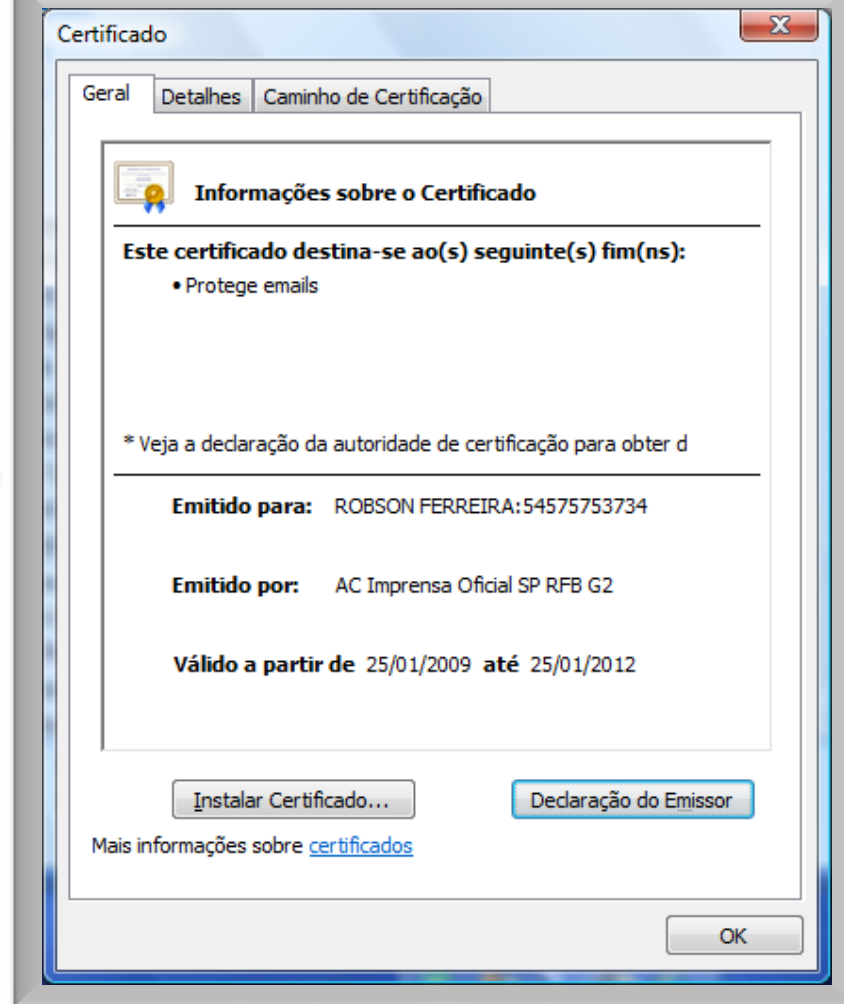
Desafio

Dispositivos para armazenamento do Certificado Digital



No chip da carteira funcional está armazenado o certificado digital

Certificado Digital



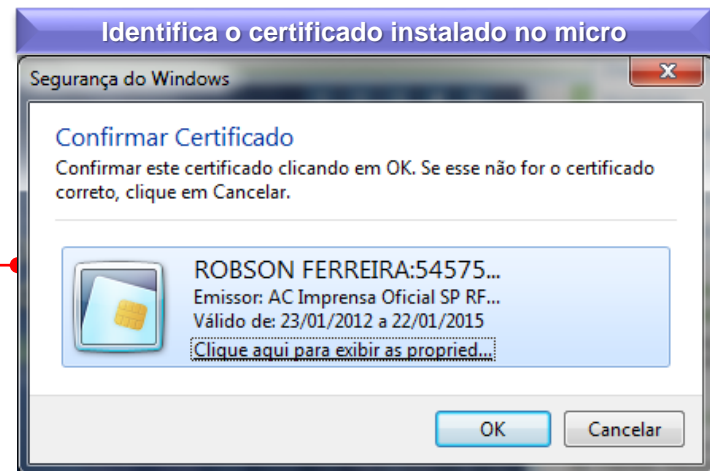
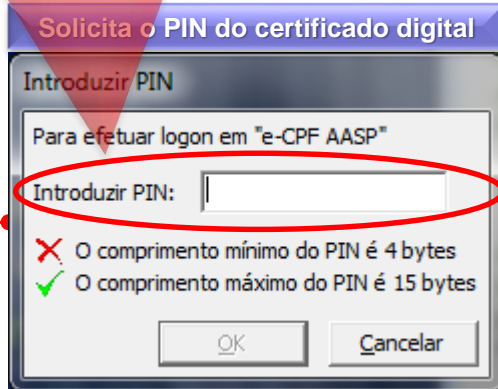
Presencial – presença física

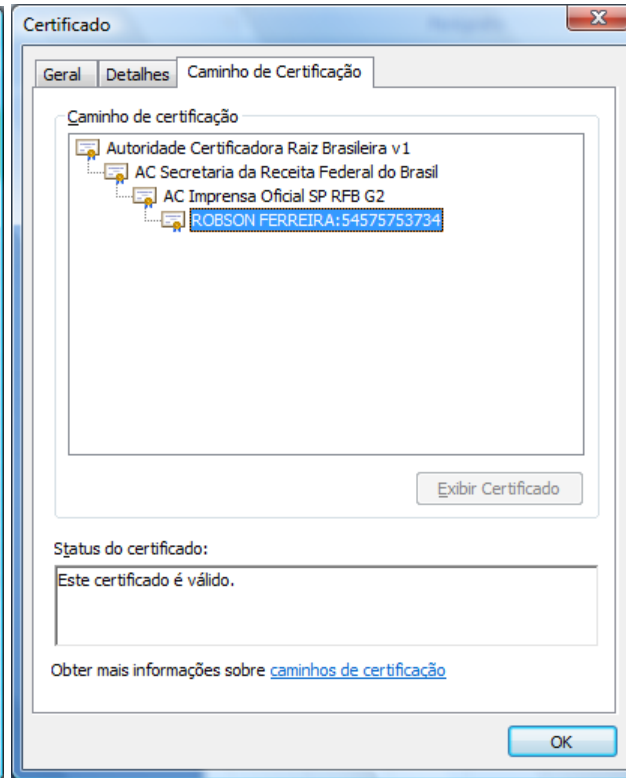
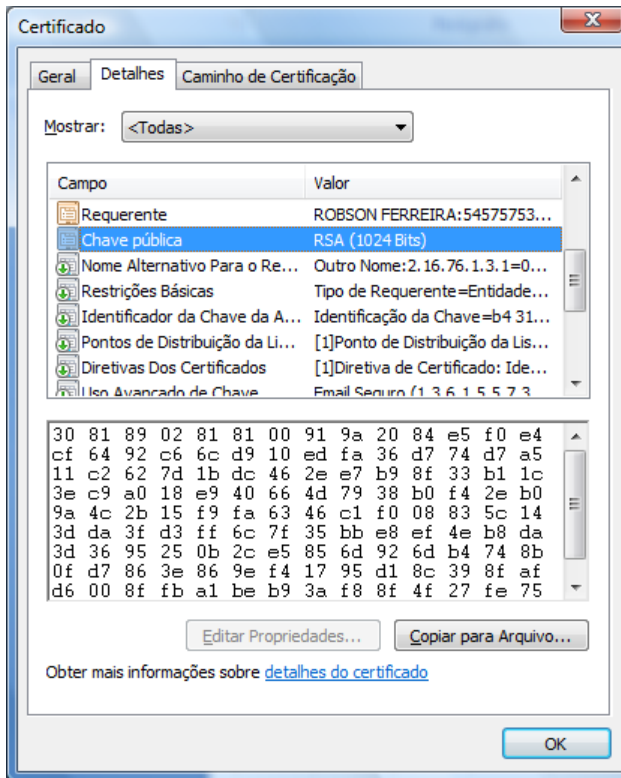
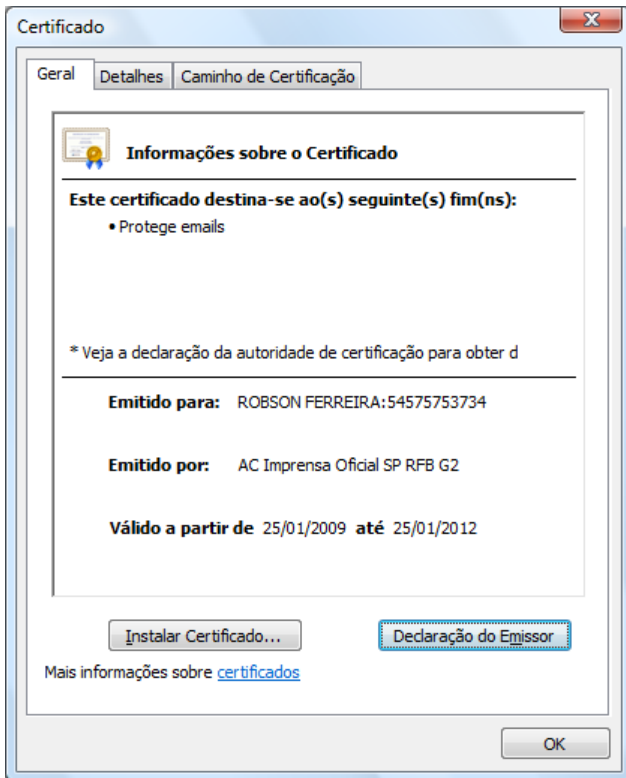


Não presencial – presença remota



Portanto, NUNCA devemos compartilhar o nosso Certificado/PIN com outra pessoa.





Arquivo eletrônico

Identidade digital:

- Atributos de identificação
- Período de validade
- Declaração do emissor



Par de chaves
Criptográficas:
Pública e Privada



Chave Privada

Hierarquia de Confiança





Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Trabalho (PJe-JT)

Autenticidade

(Autoria)

Res. CNJ nº 185 – Arts. 6º e 7º
Res. TJSP nº 551 – Art. 5º

Confidencialidade

(Sigilo das comunicações)

Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996

Integridade

(Inviolabilidade)

Res. CSJT nº 136 – Art. 4º
Res. TJ SP nº 551 – Art. 5º e Art. 9º

Não-repúdio

(Irretratibilidade)

Res. CNJ nº 185 – Art. 4º, § 2º
Res. CSJT nº 136 – Art. 4º
Res. TJSP nº 551 – Art. 6º

Tempestividade

Horário do Município sede do órgão

Res. CNJ nº 185 – Art. 26º, § 1º
Res. CSJT nº 136 – Art. 33

Requisitos

*Identificação de uma pessoa
ou uma entidade*

A informação é mantida privada

*A informação não pode ser
modificada*

*A origem da informação não
pode ser negada. Criar prova
jurídica*

*Âncora temporal que prova a existência
do documento ou ato numa determinada
data e hora*

Comunicação e Email



Arquivos e Documentos



Portais, Sites e
Comércio Eletrônico





Assinatura e Proteção de documentos

- Assinatura digital de documentos
- Criptografia de documentos



Comunicação Segura

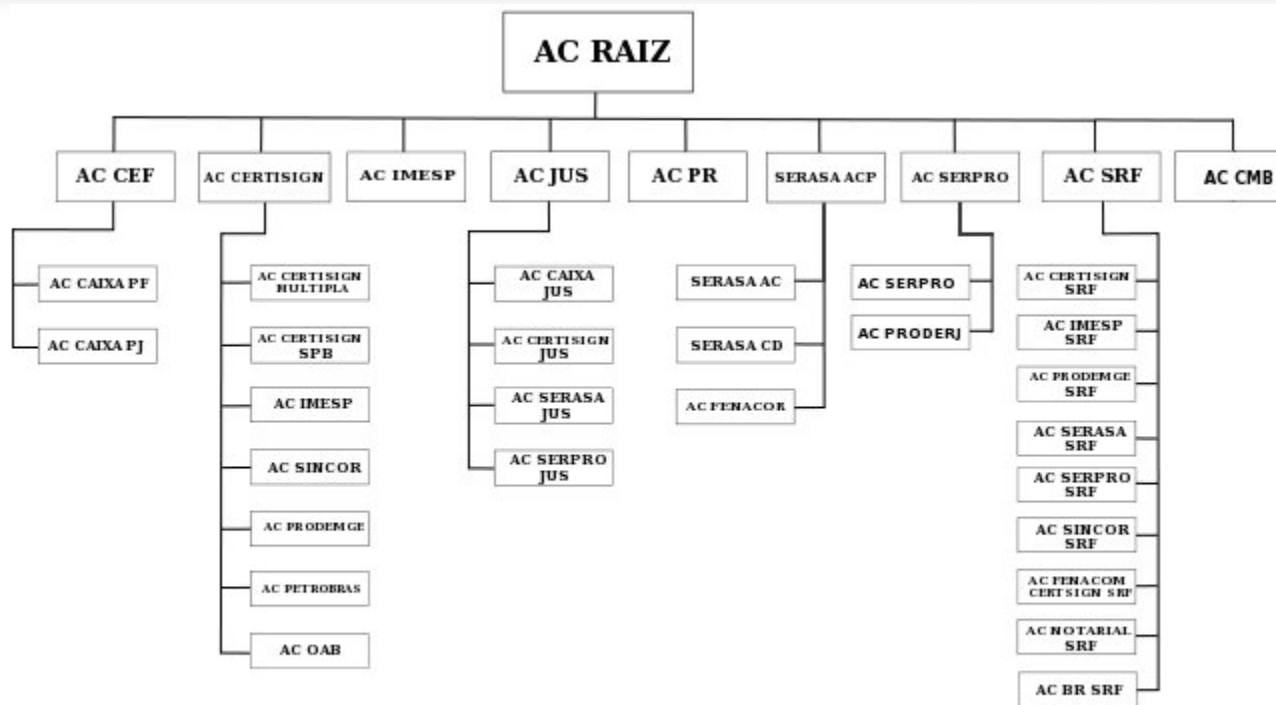
- Autenticação de mensagens
- Criptografia de mensagens



Autenticação em Portais

- Serviços do Judiciário
- Receita Federal
- Comércio Eletrônico

A Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) é uma cadeia hierárquica e de confiança que viabiliza a emissão de certificados digitais para identificação do cidadão quando transacionando no meio virtual, como a Internet



MP 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Art. 1º Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.



Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Art. 131 CC de 1916 = Art. 219 do CC de 2002

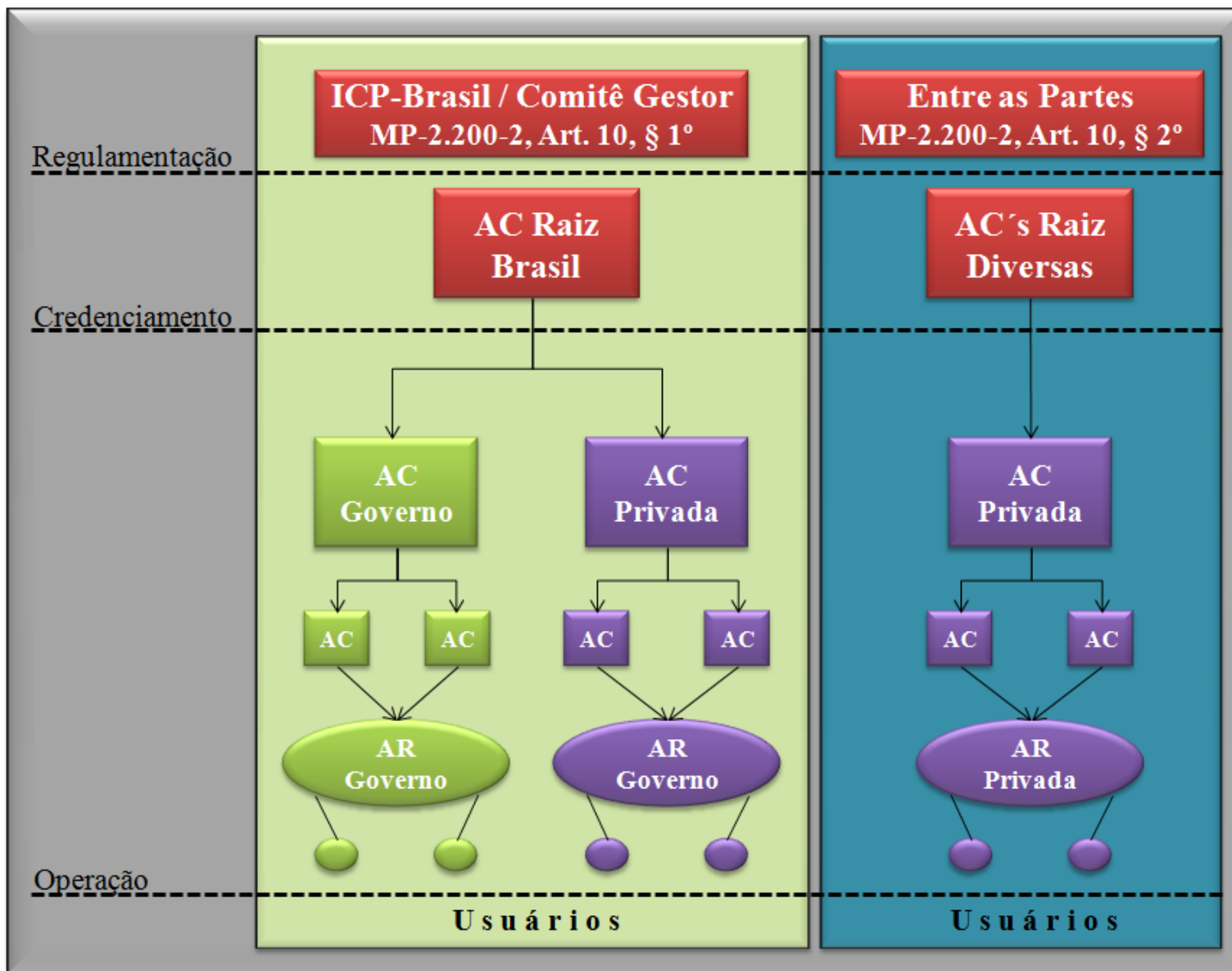
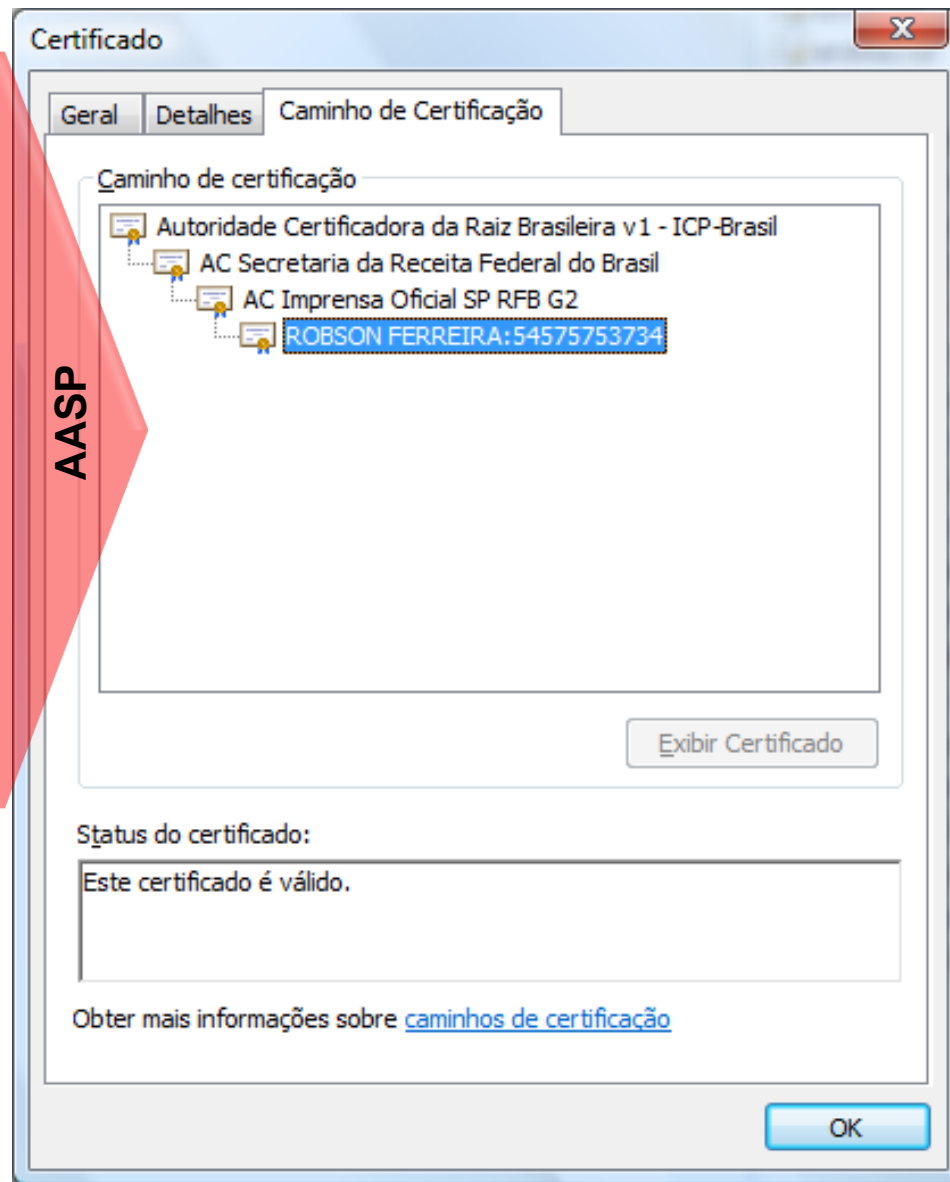
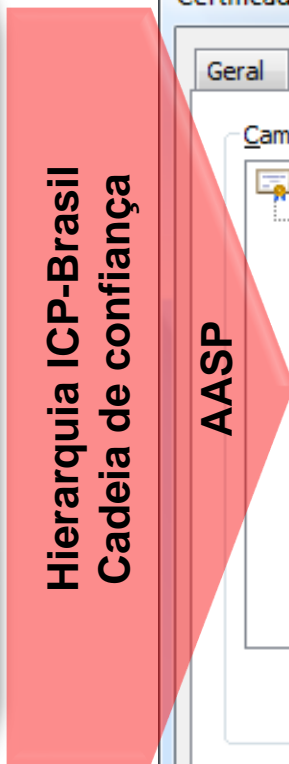
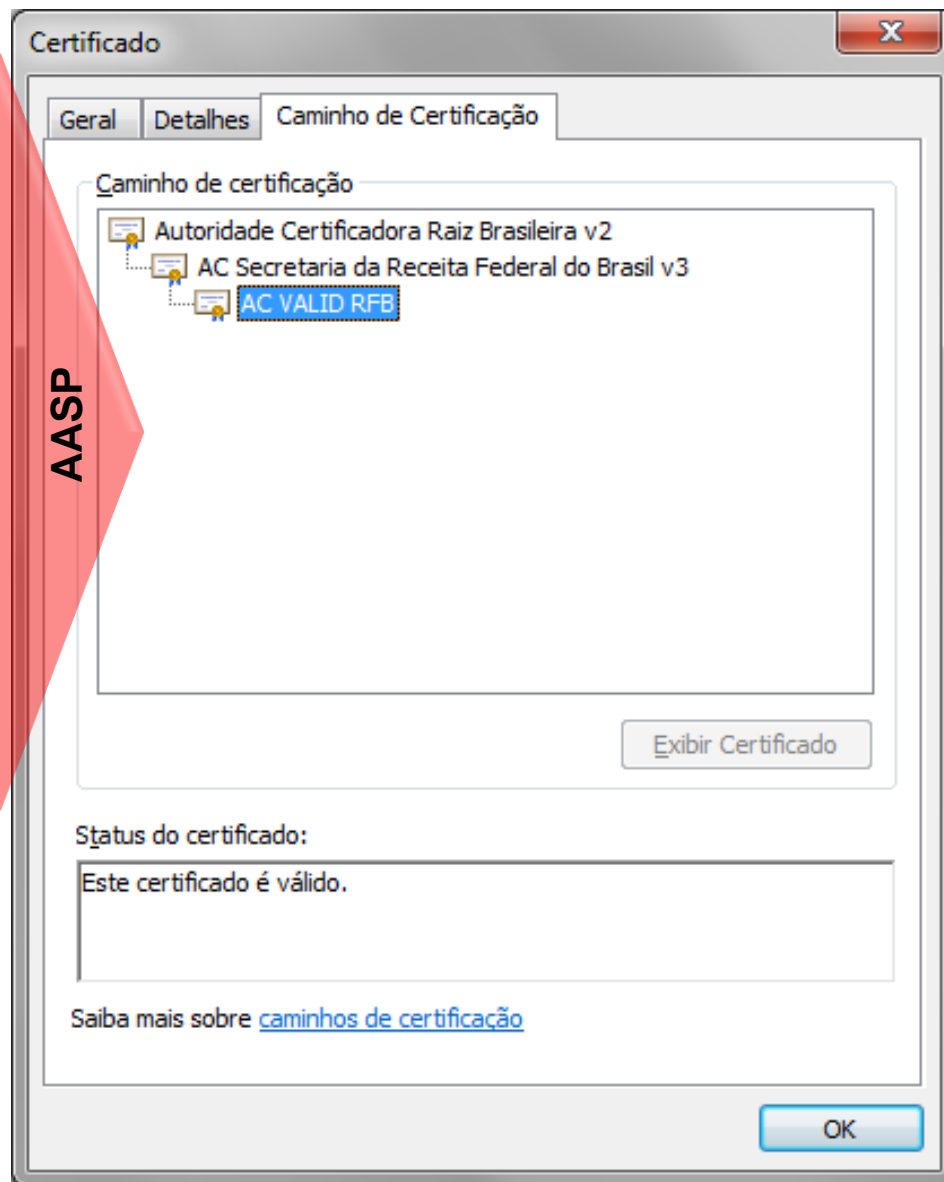
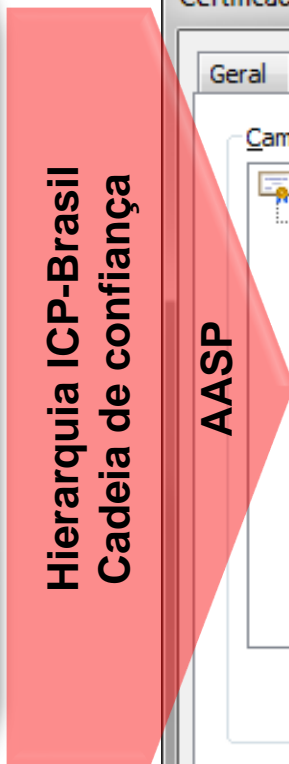
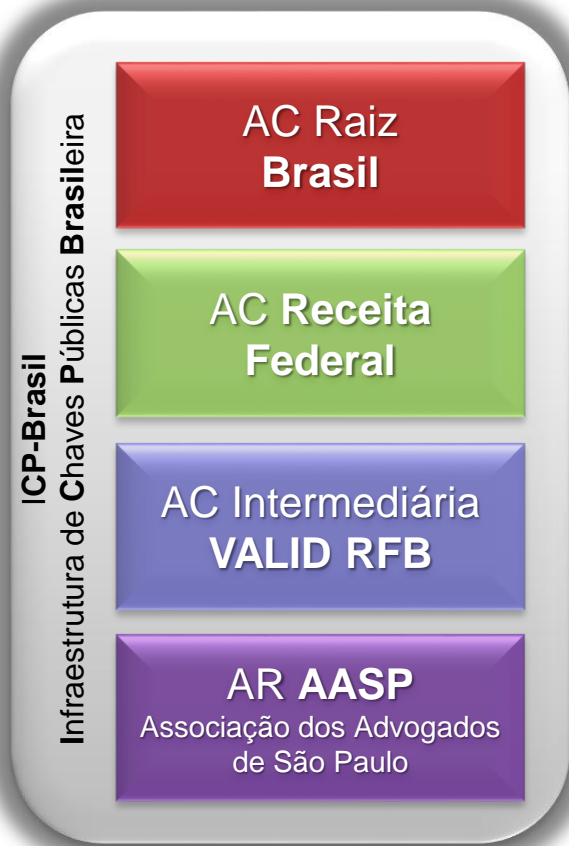
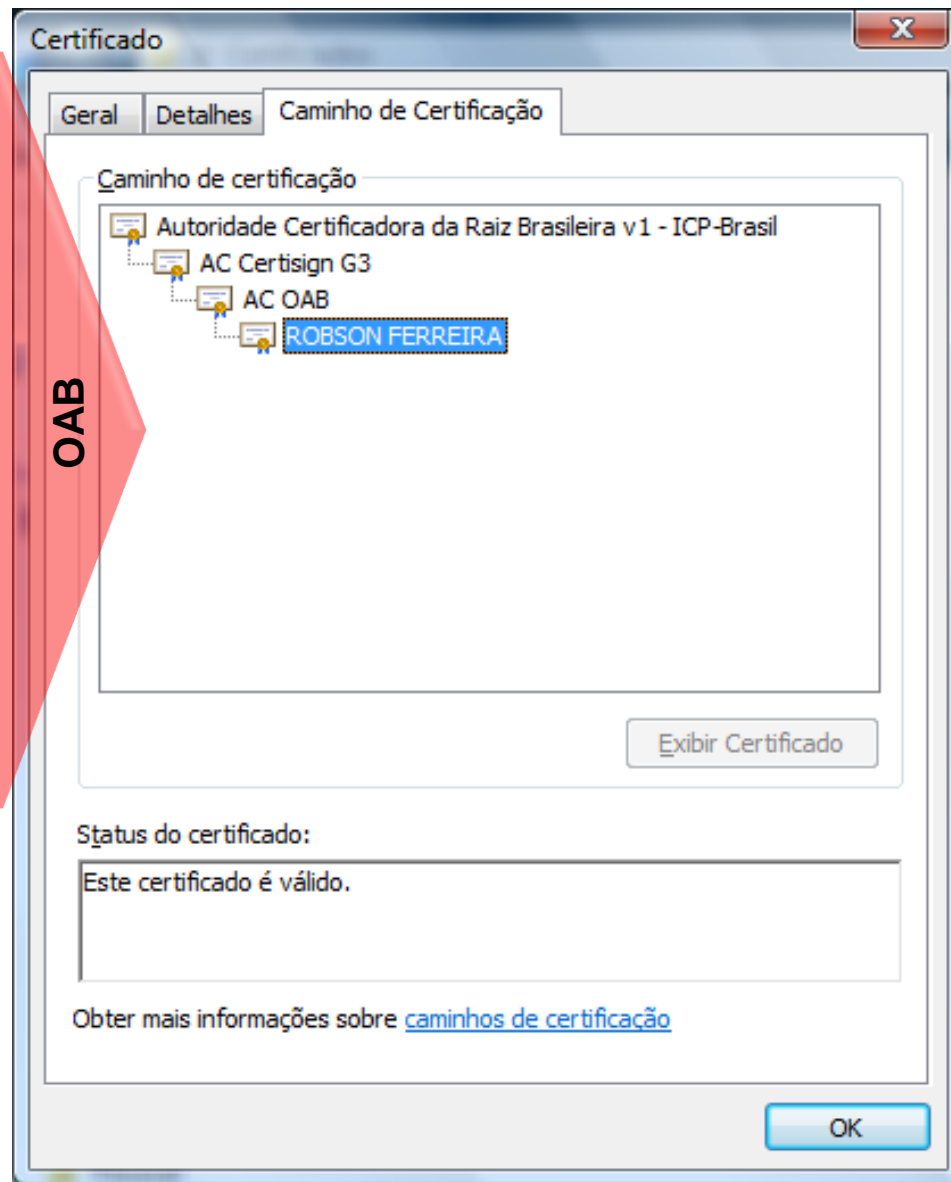
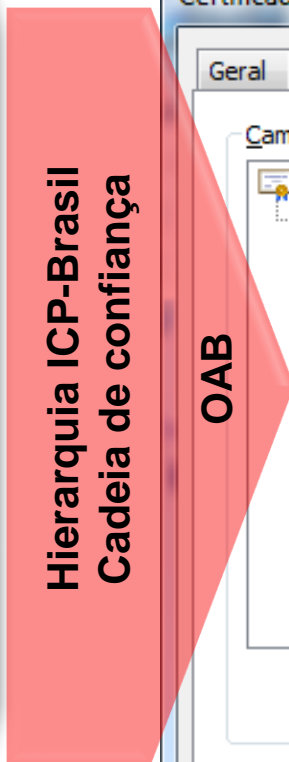
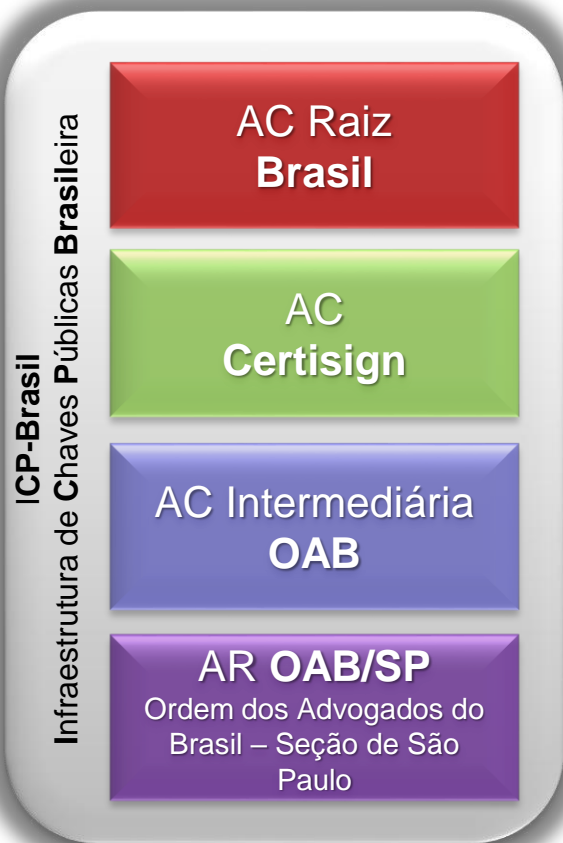


Figura 13 – Arquitetura simplificada Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira



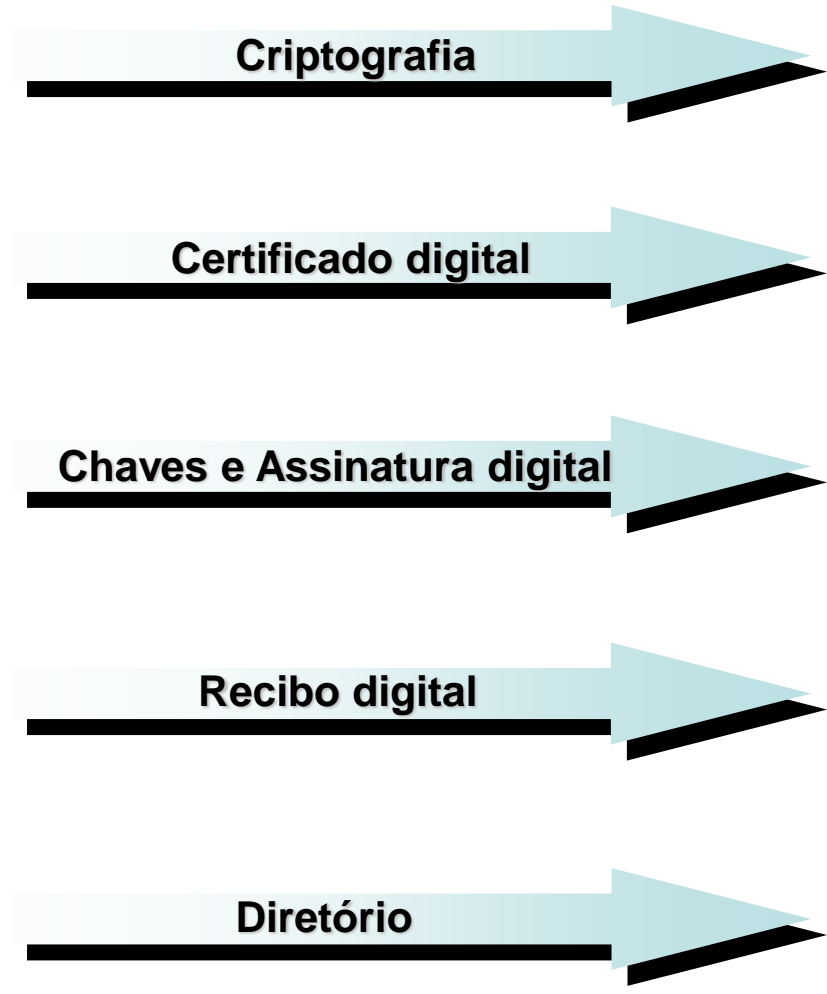




Mundo físico



Mundo digital



Roteiro para instalação do Certificado Digital

Certificados emitidos
até 03/07/2016



www.imprensaoficial.com.br
(17 passos)



www.aasp.org.br



Certificados emitidos
a partir de 04/07/2016

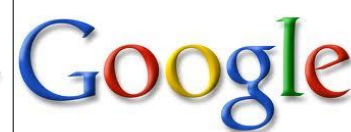


www.acoab.com.br
(17 passos)



Outra Autoridade
Certificadora
qualquer, que não
AASP ou OAB

Se não for AASP ou OAB:
Localize o site de serviços da
autoridade certificadora que emitiu o
seu certificado



Siga as orientações
de instalação da
autoridade
certificadora

Instalações necessárias para uso do certificado digital

1. Drive da leitora de *Smart Card* ou *Token*
2. Software de *Smart Card*
3. Certificados da cadeia/hierarquia de confiança

ATENÇÃO!!!

Executar os passos acima **SEM** estar conectada a leitora ou o *smart card*

Página Inicial | Sobre a Imprensa Oficial | Minha Conta | Central de Atendimento | Fale Conosco | Ouvidoria | SIC | Portal RH |  Twitter |  facebook

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

[Entrar](#) [Cadastre-se](#)


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Casa Civil

[Diário Oficial](#) | [Certificação Digital](#) | [Livraria](#) | [Gráfica](#)

Aqui Certificação Digital

ME, EI, PP, EPP ou EIRELLI
aproveite nossos
Descontos Exclusivos

Serviços

CAIXA   

CONECTIVIDADE SOCIAL ICP Nota Fiscal Eletrônica e-CAC DEC

Serviços da Imprensa Oficial


Diário Oficial

busca por palavra
desde janeiro de 2003

[Buscar](#)

[Busca Avançada](#)

busca por edição
desde maio de 1891



[ok](#)

Para ler o D.O. você precisa do leitor de PDF [instalar](#)

LC 1.093/2009
Classificação Geral de Docentes
[CLIQUE AQUI](#)

Relatório das Atividades da Administração Estadual 2012
[CLIQUE AQUI](#)

PROCON
Cadastro de Reclamações Fundamentadas 2012
[CLIQUE AQUI](#)

BAIXE AGORA
Constituições e Declaração dos Direitos Humanos
[CLIQUE AQUI](#)

negócios públicos
Pesquisa de licitações, dispensas e das inexigibilidades.
[saiba mais +](#)

consulta de balanços
Transparência na gestão financeira das empresas.
[saiba mais +](#)

consulta de leis e decretos
Consulta a leis, leis complementares e decretos do Estado.
[saiba mais +](#)



AASP
Associação dos Advogados
de São Paulo

[Institucional](#) | [Outros Serviços](#) | [AASP Cultural](#) | [Vitae - Rede Profissional](#) | [Mapa do Site](#) | [Fale Conosco](#)

CURSOS

JURISPRUDÊNCIA

BOLETIM

REVISTA

CLUBE DE BENEFÍCIOS

NOVO CPC

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

CÁLCULOS JUDICIAIS

EXPEDIENTE FORENSE

ALTERAÇÃO CADASTRAL

INTIMAÇÕES

de olho no Fórum

CLIPPING ELETRÔNICO

FILIE-SE À
AASP

SEGURO-SAÚDE

Cursos a distância

Pós-Graduação Lato Sensu em Direito



Parceria



1 2 3 4

Destaques

- ▶ **AASP - Secretário estadual da Educação reúne-se com o presidente da AASP**
- ▶ **STF - Afastada prisão preventiva decretada com base na gravidade genérica de crime**
- ▶ **Agência Brasil - Maioria das reclamações contra planos de saúde é sobre prestadores de serviços**
- ▶ **Curso: Informática básica para advogados**

Últimas Notícias

- 12/07/2016 13:00
TJDFT - Cobrança indevida de "roaming internacional" gera dever de indenizar
 - 12/07/2016 11:45
STJ - Compensação de débitos com precatórios vencidos somente é possível com lei
 - 12/07/2016 10:29
TRF-1ª - Órgão de fiscalização ambiental não pode condicionar emissão de autorizações a pagamento de débito
- ↪ [ver mais notícias](#)
↪ [notas de falecimento](#)

INTIMAÇÕES

Nº AASP
Senha

WEBMAIL

E-mail
Senha

[Esqueci minha senha webmail](#)

[Criar e-mail gratuito](#)

[OUVIDORIAAASP](#) 

[ACESSO RÁPIDO](#) ▼

[SITES DE INTERESSE](#) ▼



Assista ao  **video** institucional AASP

(1)
Clique em
Certificação
Digital



[Institucional](#) | [Outros Serviços](#) | [AASP Cultural](#) | [Vítæ - Rede Profissional](#) | [Mapa do Site](#) | [Fale Conosco](#)

CERTIFICADO DIGITAL AASP



- ▶ APRESENTAÇÃO
- INVESTIMENTO
- SOLICITAR CERTIFICADO
- SUORTE E DOWNLOAD**
- REPOSITÓRIO
- REGULAMENTO
- SITES RELACIONADOS
- PERGUNTAS FREQUENTES
- CONSULTA E REVOGAÇÃO

Apresentação

O certificado digital é um documento eletrônico que contém dados sobre a pessoa que o utiliza. Funciona como uma carteira de identidade eletrônica, permitindo que uma transação realizada via internet torne-se perfeitamente segura, já que as partes envolvidas deverão apresentar mutuamente suas credenciais, comprovando suas identidades, garantindo sigilo e integridade do conteúdo.

É um serviço que oferece qualidade e modernidade, acaba com a distância física, evita fraudes e falsificações e possibilita que um maior número de serviços eletrônicos seja realizado com absoluta segurança.

A AASP emite o certificado digital para o advogado em nossa Sede, nos eventos que estamos presentes ou diretamente no seu escritório, para um ou mais advogados.

SOLICITAR EMISSÃO NA
SEDE DA AASP, ESCRITÓRIO
EM BRASÍLIA OU EVENTOS

SOLICITAR EMISSÃO NO
MEU ESCRITÓRIO

(2)
Clique em
Suporte e
Download

Assista ao  institucional AASP





Autoridade Certificadora da
Ordem dos Advogados do Brasil

Aqui

CONTATO

O QUE É COMPRE AGENDE **RENOVE** DOCUMENTOS **INSTALE** TESTE DICAS DE USO DÚVIDAS

Você é estagiário?
Solicite o seu Certificado Digital OAB.
Agora você pode!

• Clique aqui e compre agora





Quer ajuda para preparar seu Computador, **Windows** ou **Mac**?
Este é o primeiro passo para utilizar o Certificado Digital OAB.



Agende a validação presencial dos seus documentos

A validação presencial dos documentos para emitir seu Certificado Digital OAB pode ser realizada:

- Comparecendo a um dos mais de 1.000 [Pontos de Atendimento](#) - serviço gratuito incluso no preço do Certificado OAB.
- Agendando no local de sua preferência: [agendamentos individuais ou em grupo](#) - serviço com preço sob consulta.



Win 7
MAC

Tutoriais em Vídeo

Clique aqui e assista aos vídeos explicativos sobre o preparo do computador.



Baixe agora: Cartilha sobre Certificação Digital

Conheça as vantagens da Certificação Digital para você, tanto para o uso profissional, quanto pessoal.

Privacidade Garantias Revogação Repositório Mapa do Site Contato Pontos de Atendimento

O Certificado Digital OAB é um produto da Autoridade Certificadora OAB (ACOAB) administrado pela Certisign.
Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB • CNPJ: 33.205.451/0001-14
SAUS Quadra 5, Lote 1, Bloco M - Brasília/ DF | CEP: 70070-939 • www.oab.org.br
Certisign Certificadora Digital • CNPJ: 01.554.285/0001-75
Rua Bela Cintra, 904, 16º andar, Cerqueira César – São Paulo/SP | CEP: 01415-000 • www.certisign.com.br
O site www.acoab.com.br é um projeto da ACOAB realizado pela Certisign. © 2015 Certisign Certificadora Digital 5.A | Todos os direitos reservados.



1. Breves comentários acerca dos impactos das TICs na Advocacia
2. Introdução a Certificação Digital
- 3. Preparação dos documentos para o Processo Judicial Eletrônico**
4. Destaques da Lei 11.419/06, do NCPC e Resoluções
5. Práticas processuais eletrônicas no Judiciário

O que fazer com o papel já existente?

Jurídico



Judiciário



Fornecedores e Clientes



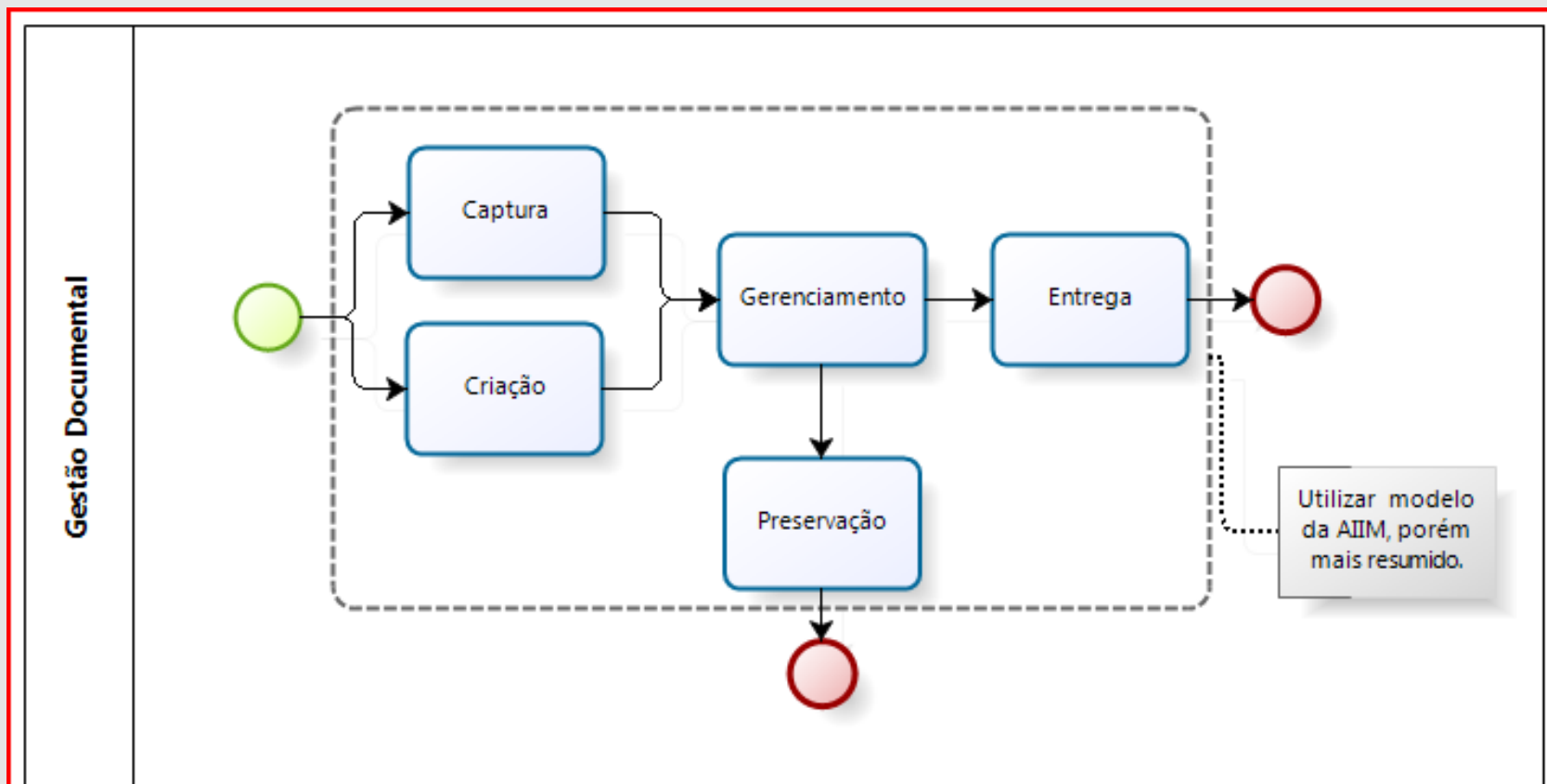
As dificuldades encontradas ...

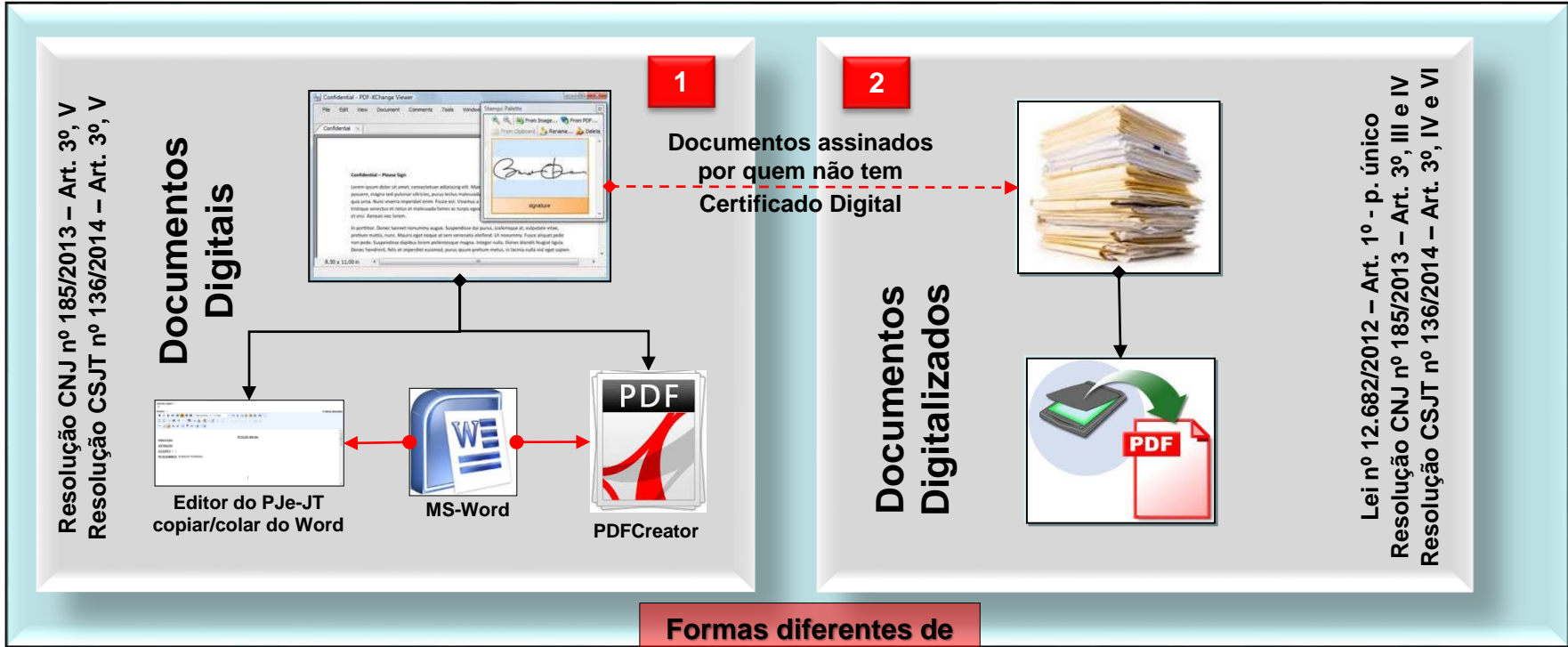


Processo de Gestão Documental Corporativa

Os Advogados estão preparados?

Gestão Eletrônica de Documentos - GED





Petição Inicial

Documentos anexos a Petição Inicial





3

| ID | Nome do Documento | Tipo de documento | Descrição | Assinatura | Status |
|---------|------------------------------------|-------------------|----------------------|------------------------------|--------|
| 21944 | 01_Petição Inicial.pdf | application/pdf | Petição Inicial | 01 Petição Inicial | ✓ |
| 37295 | DOC_01_Procuracoes Requerentes.pdf | application/pdf | Procuração | Procurações dos Requerentes | ✓ |
| 1428016 | DOC_07_Contrato de Trabalho.pdf | application/pdf | Contrato de Trabalho | Contrato de Trabalho Aditivo | ✓ |

Atenção! A petição inicial deve ser o primeiro documento da lista de anexos. O sistema só permitirá que os documentos sejam assinados quando esta restrição for satisfeita. Tamanho máximo: 4.198.081 (4096K) Documento do tipo: pdf

Gravar Remover Assinar digitalmente

KIT para o preparo/montagem do processo eletrônico/digital

| Produto | Características e facilidades |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Converte os arquivos/documentos para o formato PDF; ▪ Software gratuito; ▪ Recomendado pelo TJ SP; ▪ Fácil de utilizar – modo de impressão. |
|  | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Para dividir ou unir arquivos PDF; ▪ Versão gratuita com alguma deficiência, porém eficiente e confiável; ▪ Fácil de utilizar. |
|  <p>Microsoft Office Picture manager</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Software faz parte do pacote Microsoft Office; ▪ Durante a impressão da foto, já para o formato PDF reduzir a resolução para o mínimo possível; ▪ Verificar no arquivo PDF gerado se a foto continua legível. |
|  <p>Atenção versão WEB: cuidado com conteúdos confidenciais</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Solução integrada: - converte (<i>converter</i>); - comprime (compress); - combina (<i>merge</i>); e reestrutura (<i>resizer</i>); ▪ Versão WEB – http://docupub.com (limitado a 2MB por arquivo, além da quebra de sigilo) ou download dos respectivos aplicativos |